



**Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Fazenda  
Superintendência de Tributação  
Coordenação de Consultas Jurídico-Tributárias**

**Serviço Público Estadual**  
Proc. E-04/079/2856/2015  
Data: 29/06/15 – Fls.: 147

**ASSUNTO: : INCORPORAÇÃO. UTILIZAÇÃO PELA INCORPORADORA DE CRÉDITOS DO ICMS  
RELATIVOS A PROJETO CULTURAL: INADMISSIBILIDADE.  
CONSULTA N.º 022 /2016**

**I – RELATÓRIO:**

A empresa informa na inicial que em 31.12.2014 a “Embratel” foi incorporada pela “Claro S/A.”, a qual assumiu todos os direitos e obrigações da referida empresa, conforme disposto no artigo 1.116 do Código Civil.

Relata que, conforme os atos societários anexados às fls. 13/17 e 18/32, a empresa incorporadora Claro, do ramo de telecomunicações, adotando o sistema normal de recolhimento do ICMS, informa que os benefícios fiscais do ICMS concedidos pelo Estado do Rio de Janeiro decorrentes de projetos culturais e esportivos relacionado às fls.06 não estão sendo utilizados desde o processo de incorporação, em 31.12.2014.

Relata também que a nova filial Claro no Rio de Janeiro manteve o mesmo endereço da extinta por incorporação Embratel; no entanto, alterou a inscrição do CNPJ de n.º 33.530.486/0001-29 para o de n.º 40.432.544/0706-09, assim como a inscrição estadual de n.º 80.617.341 para o n.º 78.002.840.

**ISTO POSTO, CONSULTA:**

Requer esclarecimentos sobre qual procedimento a nova filial Claro S/A. sediada no Estado do Rio de Janeiro deve adotar para continuar usufruir regularmente do benefício fiscal do ICMS referente a processos acima relacionados e que se encontram plenamente em vigor, haja vista que as aprovações aos projetos concedidos pelo Estado do Rio de Janeiro ocorreram originalmente em nome da empresa Embratel, extinta por incorporação.

O processo encontra-se instruído com o comprovante de pagamento da TSE (fls. 09/11), a habilitação do signatário da inicial para postular em nome da consulente (fls. 42/55), bem como as informações relativas aos incisos I e II do artigo 3º da Resolução SEF n.º 109/76 (fls. 143).



**Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Fazenda  
Superintendência de Tributação  
Coordenação de Consultas Jurídico-Tributárias**

**Serviço Público Estadual**  
Proc. E-04/079/2856/2015  
Data: 29/06/15 – Fls.: 148

**II – ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO E RESPOSTA:**

Preliminarmente, diante dos elementos constantes dos autos, transcreveremos abaixo os dispositivos do Anexo I, Parte II, da Resolução SEFAZ n.º 720/14, que estabelecem as normas acerca do Cadastro de Contribuintes do ICMS, no caso de incorporação:

*“Art. 65. A comunicação de alteração ocorrida nos dados cadastrais do contribuinte dar-se-á pela transmissão à SEFAZ do DOCAD, conforme disposto no art. 36 deste Anexo”.*

*“Art. 66. Consideram-se dados de cadastro todas e quaisquer informações contidas no DOCAD.  
.....”;*

*§ 3.º Qualquer alteração de dados cadastrais não implicará, em nenhuma hipótese, atribuição de novo número de inscrição ao contribuinte”.*

*“Art. 70. Os pedidos de alteração de nome empresarial serão efetivados quando ocorrer o registro de ato modificativo de:*

*I - alteração do nome empresarial;*

*II - transformação da natureza jurídica da empresa;*

*III - fusão, incorporação ou cisão de sociedade mercantil;*

*Parágrafo único - Nas hipóteses previstas no inciso III do caput deste artigo, além da alteração do nome empresarial, tornar-se-á obrigatório informar o novo CNPJ dos estabelecimentos envolvidos, bem como a alteração ocorrida em outros dados cadastrais, inclusive no quadro de responsáveis, salvo quando da desativação de estabelecimento de empresa incorporada, cindida ou fusionada, caso em que será concedida a baixa da inscrição do estabelecimento desativado”.*

Pela análise dos dispositivos regulamentares acima transcritos, verifica-se que na hipótese de incorporação em que o estabelecimento incorporado permanece ativo e, assim, sem que haja interrupção das suas atividades, não há alteração de inscrição estadual, ficando dessa forma mantidos os créditos e débitos vinculados àquela inscrição, corretamente registrado na escrituração, hipótese em que aplicar-se-á, no que couber, considerando os meios atuais do cumprimento das obrigações acessórias, o disposto no artigo 43 do Livro VI do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 27.427/00.



**Governo do Estado do Rio de Janeiro**  
**Secretaria de Estado de Fazenda**  
**Superintendência de Tributação**  
**Coordenação de Consultas Jurídico-Tributárias**

**Serviço Público Estadual**  
Proc. E-04/079/2856/2015  
Data: 29/06/15 – Fls.: 149

Entretanto, de forma contrária, a consulente promoveu a baixa da inscrição estadual n.º 81.617.341 vinculada ao estabelecimento localizado na Av. Presidente Vargas, n.º 1.012, Centro – Rio de Janeiro, sem efetuar a mera alteração cadastral nos termos indicados acima. Assim sendo, feito o pedido de baixa da inscrição do local, os créditos do ICMS não utilizados se extinguem com a consecução da baixa, sem que haja previsão na legislação para transferência dos mesmos para uma outra inscrição.

Feita a observação acima, respondendo objetivamente à pergunta formulada, no tocante ao incentivo fiscal relativo a projetos culturais, há que se considerar que todo o processo de análise, emissão de pareceres e decisão final pela concessão do incentivo se baseou na estrutura e composição societária da empresa que o pleiteou, em atendimento às condições estabelecidas na Lei n.º 1.952/92, no Decreto n.º 42.292/10 e Resolução SEC n.º 206/0, e, portanto, não se aplica automaticamente à empresa incorporadora, cabendo a esta, no intuito obter o incentivo fiscal, apresentar o seu próprio requerimento.

Fique a consulente ciente de que esta consulta perderá automaticamente a sua eficácia normativa em caso de mudança de entendimento por parte da Administração Tributária ou seja editada norma superveniente dispondo de forma contrária.

CCJT, em 29 de março de 2.016